



PLANO DE AÇÃO

LPN: há 70 Anos em prol do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável em Portugal

Desde 1948 que a LPN está na vanguarda da defesa do ambiente em Portugal. Sendo a Organização Não Governamental de Ambiente mais antiga da Península Ibérica, esta Associação Sem Fins Lucrativos e com estatuto de Utilidade Pública tem pautado a sua atuação por um elevado nível de competência, credibilidade e seriedade com fundamentação técnica e científica, sendo por isso uma referência em diversas matérias ambientais.

Ao longo dos seus 70 anos de existência, tem-se assistido a mudanças significativas nos contextos sociais, políticos e ambientais em Portugal e no Mundo, tendo a conservação do património natural e preservação dos ecossistemas com a sua múltipla diversidade de espécies sido, desde sempre, o fio condutor da atuação desta associação.

Apesar do desenvolvimento sustentável ser já parte do léxico comum das nossas sociedades atuais, este princípio universalmente aceite nem sempre tem tido aplicação prática consequente, sendo os aspetos ambientais frequentemente desvalorizados.

A apresentação desta candidatura à Direcção Nacional da LPN tem subjacente o compromisso desta lista em manter-se fiel aos princípios que sempre nortearam a atuação desta associação, nomeadamente:

- Participação ativa na política pública de ambiente;
- Independência em relação aos órgãos da Administração Central e Local, do poder económico e dos partidos políticos;
- Credibilidade científica, garantida através do contacto permanente com instituições técnico-científicas nacionais e internacionais;
- Cooperação, ao apoiar iniciativas de outras Organizações Não Governamentais e organizar iniciativas conjuntas em Portugal e no estrangeiro;
- Pró-atividade, realizando ações de investigação e demonstração no terreno, através do desenvolvimento de programas e projetos;

- Descentralização, procurando uma dinâmica que aproxime a LPN dos seus associados e às questões ambientais locais.

Tendo por base a Missão da LPN de contribuir para a conservação da natureza e para a defesa do ambiente, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, que assegure a qualidade de vida às gerações presentes e vindouras e considerando que o objetivo da Direção Nacional é o de manter a atividade da LPN necessária ao cumprimento da Missão desta Associação, pretende esta lista candidata permanecer fiel aos Princípios que norteiam a LPN e implementar um conjunto de ações em várias áreas de atuação que assegurem, ou promovam, os bons resultados e a qualidade que é já marca da LPN nacional e internacionalmente.

Esta proposta de Plano de Ação procura refletir as prioridades de atuação da LPN, tendo em consideração: (i) o trabalho realizado pelas direções anteriores, (ii) as presentes necessidades de consolidação financeira, (iii) as necessidades de gestão interna da estrutura da associação e (iv) a viabilidade das propostas face à duração do mandato.

Para alcançar este grande objetivo propomos, primeiramente, promover um novo vigor nas diversas estruturas que compõem a LPN (Sócios, Órgãos Sociais, Corpo Técnico, Delegações e Núcleos Regionais, Grupos de Trabalho e Voluntários), melhorando a articulação interna e promovendo uma maior e necessária relação de proximidade com os nossos Sócios. Essencial será também o trabalho de preservação e valorização contínua do património da LPN, designadamente em Lisboa, em Castro Verde e em Vila Nova de Poiares. A implementação de uma estratégia para angariação de fundos, que permita a solidez financeira necessária ao normal funcionamento da LPN, será também uma das prioridades.

Além destas linhas de atuação transversais à nossa atuação, este Plano de Ação terá os seguintes Eixos Estratégicos que se complementam entre si:

- Eixo 1 – Incrementar a participação pública da LPN em matérias ambientais
- Eixo 2 – Contribuir para a conservação da natureza e dos recursos naturais
- Eixo 3 – Promover uma cidadania ativa e informada

Estes Eixos Estratégicos estruturais desenvolver-se-ão nas seguintes linhas de orientação geral:

Eixo 1 - Incrementar a Participação Pública da LPN em matérias ambientais

Enquanto representante da Sociedade Civil a LPN deve desempenhar um papel de charneira na definição de políticas públicas, que promovam um desenvolvimento sustentável e assegurem a preservação dos recursos naturais, designadamente da biodiversidade, da geodiversidade, da água e do solo.

A LPN deve, portanto, participar ativamente e cada vez mais nos contributos, nas discussões e na vigilância da boa gestão das políticas de ordenamento e planeamento do território e de conservação da natureza que promovem um desenvolvimento sustentável e contribuem para o cumprimento da Missão da LPN.

Será de destacar aqui o importante papel no acompanhamento da implementação das diversas políticas europeias de ambiente, como a Diretiva Aves e Habitats para a proteção da biodiversidade e centrais na Estratégia Europeia para a Reversão da Perda da Biodiversidade, a Diretiva Quadro da Água que garante a boa qualidade das águas dulçaquícolas, a Diretiva Quadro Estratégica Marinha que protege os nossos mares e a Política Comum das Pescas, a Diretiva da Qualidade do Ar que previne a poluição atmosférica, mas também, a legislação em vigor para a proteção dos solos, do combate à desertificação e às alterações climáticas.

Entre estas salienta-se como particularmente relevante o acompanhamento a integração da proteção dos habitats e espécies na revisão dos Planos Diretores Municipais, bem como, o processo de implementação da Rede Natura 2000 em Portugal e do financiamento da conservação da natureza, da Rede Natura 2000 e das Áreas Protegidas. Outra área de trabalho a destacar será na participação e colaboração para a definição de novos Planos de Ação para a Conservação de Espécies Protegidas (bem como de outras espécies ou grupos vulneráveis, e ainda manter o acompanhamento dos Planos de Ação existentes (designadamente do lince-ibérico, do lobo-ibérico e do saramugo).

De realçar também a importância de acompanhar temáticas associadas à Gestão Florestal e à resiliência aos incêndios florestais, à proteção dos solos e às zonas húmidas, bem como, a gestão da água sobretudo nos cenários de escassez deste recurso natural e de alterações climáticas.

Imprescindível também será o acompanhamento do novo Quadro de Programação Financeira pós-2020, nomeadamente na Política Comum Agrícola e nos financiamentos para o Desenvolvimento Rural que deverão apoiar os produtores agrícolas e florestais cujas práticas são benéficas para a conservação da natureza (*High Nature Value Farmland*), majorando positivamente aqueles que estão localizados nas Áreas Classificadas da Rede Natura 2000 e da Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Igualmente de realçar o contributo da LPN para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas na Agenda 2030 em Portugal.

O trabalho em rede e colaborativo com diferentes atores da sociedade como ONG nacionais e internacionais, agricultores, autarcas, investigadores, jornalistas, técnicos, de âmbito local, regional, nacional e internacional, bem como, entidades públicas e privadas, na prossecução de uma sociedade ambientalmente mais equilibrada deverá ser fortemente incentivado.

Propõe-se, assim, reforçar o trabalho de acompanhamento das políticas ambientais e melhorar também a aplicação da legislação ambiental ao nível do sistema judicial Português. A participação em diversas organizações nacionais e estrangeiras de ambiente e a participação e representação em comissões de acompanhamento deverão também ter continuidade.

Eixo 2 – Contribuir para a conservação da natureza e dos recursos naturais

A experiência da LPN na implementação de projetos de investigação aplicada e da conservação da natureza, são uma mais-valia que permite identificar e demonstrar boas

práticas, potenciando o conhecimento técnico da LPN para apresentar propostas adequadas de gestão e planeamento ambiental.

Pretende-se, por isso, reforçar a atuação dos existentes programas de conservação da LPN, nomeadamente o Programa Castro Verde (que inclui a conservação de espécies protegidas como as aves estepárias e as aves de presa), o Programa Lince (na sua perspetiva mais ampla de espécie bandeira do ecossistema Mediterrânico que inclui outras espécies de mamíferos e aves como os abutres) e o Programa Marinho, mas promover também novas áreas de atuação com Programas dirigidos à conservação das Zonas Húmidas, das Florestas e da Agricultura Sustentável (incluindo a componente de conservação do solo e da água) e à defesa e promoção da geodiversidade enquanto suporte da biodiversidade.

Este trabalho será sempre desenvolvido numa perspetiva de estreita parceria com os vários agentes locais e de demonstração de boas práticas. Uma das vertentes a desenvolver será no estabelecimento de uma Rede de Parceiros para a Conservação da Natureza, para apoiar e envolver nas intervenções de conservação da natureza.

Entre os objetivos principais da LPN está também o desenvolvimento de atividades associadas à investigação e à implementação de projetos de conservação, no qual a LPN tem já um vasto historial de bons resultados e ao qual se pretende dar continuidade.

Particularmente relevante neste contexto será a gestão de áreas com vista a proteção da natureza, identificada nos Fins Primordiais da LPN, onde assumem particular relevância as propriedades que a LPN já possui em Castro Verde e em Vila Nova de Poiares, mas também outras áreas em que se estabeleçam parcerias de cooperação para a implementação de medidas de gestão dos habitats.

Tendo presente o atual contexto na área Florestal e que a LPN “nasceu” do repto do poeta Sebastião da Gama para proteger a Mata do Solitário na Serra da Arrábida, será particularmente relevante a participação da LPN em iniciativas que promovam uma Floresta Sustentável e demonstrem exemplos concretos de boa gestão florestal com espécies autóctones.

Eixo 3 – Promover uma cidadania ativa e informada

Entre os Fins Primordiais da LPN identificados nos estatutos desta associação refere-se o fomento pelo interesse pela natureza e pelas ciências que lhe respeitem, através da informação e formação da opinião pública, divulgando, sobretudo entre os jovens, a ideia da conservação da natureza e da defesa do património no seu sentido mais lato.

Para a promoção de uma cidadania ativa e informada é essencial incentivar a sensibilização, educação e formação ambiental como pilares essenciais de uma sociedade com cidadãos informados e conscientes. Assim, a Sensibilização Ambiental e a Comunicação serão áreas de trabalho consideradas como prioritárias neste Plano de Ação.

No âmbito da Sensibilização Ambiental, os programas de educação ambiental promovidos pelo SEFA (Sensibilização, Educação e Formação Ambiental), na sede em Lisboa, e pelo Centro de Educação Ambiental em Castro Verde serão eixos centrais de atuação, complementados pelas atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Atividades Especiais (CEAE), que se dedica a atividades ligadas à Natureza com carácter educativo,

científico, lúdico e desportivo, como a espeleologia, o montanhismo, a escalada, o mergulho, a canoagem e o *canyoning*.

De igual forma o Centro de Formação Ambiental, a funcionar desde 2000 e com Certificação pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) e creditado pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) para a formação de professores, deverá manter a sua missão de contribuir para o aumento do conhecimento técnico-científico e pedagógico nas áreas ligadas à defesa e proteção do ambiente, bem como a promoção da cidadania ambiental e participação pública. O apoio do Professor Destacado pela Agência Portuguesa de Ambiente será também de salientar nestas matérias de sensibilização.

Dever-se-á estimular a participação em projetos relacionados com a sensibilização e educação ambiental, que permitam dotar a LPN de recursos e ferramentas para maximizar o alcance e público abrangido.

Aprofundar a fruição da natureza e a valorização dos espaços naturais, através do turismo de natureza, como formas de aproximar os cidadãos da natureza e do meio ambiente, será outra das abordagens a desenvolver, procurando parcerias estratégicas e incentivando a participação dos associados da LPN nestas atividades.

A comunicação deverá ser outro aspeto a privilegiar, reposicionando a LPN na sua relação com os meios de comunicação social nos temas ambientais relevantes, mas também contribuindo com posições públicas fundamentadas e com informação fidedigna e credível através dos canais de comunicação próprios (*website*, *newsletter* e redes sociais), que permitam informar e sensibilizar todos os cidadãos, conquistando novos defensores das causas ambientais e contrariando o desconhecimento da sociedade.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2018

Direção Nacional

Presidente - Eugénio Manuel Bilstein de Menezes de Sequeira

Engenheiro agrónomo pelo Instituto Superior de Agronomia (1961), esteve ligado às universidades Lusófona, Vasco da Gama, Nova de Lisboa, do Algarve, entre outras. Entre vários outros cargos desempenhados, é desde 2000 membro do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Também tem duas passagens como autarca, tendo sido presidente da Assembleia Municipal de Cascais entre 1976 e 1979, e vereador no mesmo concelho, entre 1989 e 1993. Foi-lhe atribuído o Prémio Quercus 2013. Esteve ligado a vários mandatos, tendo ocupado por duas vezes ocupou a presidência da Liga para Protecção da Natureza (LPN), entre 1996 e 1999 e entre 2005 e 2009, tendo dado impulso a projectos-piloto emblemáticos da LPN, como o de compatibilização da agricultura com a protecção de aves em Castro Verde e da adaptação e mitigação da desertificação. Tem sido voz ativa em áreas como a sustentabilidade da agricultura, o ordenamento do território, o combate à desertificação e as florestas, promovendo incansavelmente a sementeira direta, uma forma de cultivar sem revolver a terra, evitando assim a perda de solo.

Vice-Presidente - Gonçalo Duarte Gomes

Gonçalo Duarte Gomes é gestor de projecto licenciado em Arquitectura Paisagista pela Universidade do Algarve. Orador convidado e moderador em diversos eventos nacionais e internacionais, está ligado ao associativismo cultural e ambiental, tendo desempenhado cargos directivos no Núcleo do Algarve da Liga para a Protecção da Natureza (entre 2002 e 2016) e sido conselheiro regional da CCDR-Algarve. Escreve regularmente para órgãos de comunicação social da imprensa regional do Algarve e é membro fundador do blog e think-tank algarvio “Lugar ao Sul”.

Tesoureiro - Miguel José da Cunha Batista Geraldês

Miguel Geraldês é geógrafo (Universidade de Lisboa) e jurista (Universidade de Coimbra), desenvolvendo presentemente o seu doutoramento no Instituto Superior de Agronomia, onde é investigador integrado da Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva (InBIO) no Centro de Ecologia Aplicada Baeta Neves. Foi Tesoureiro e Vice-presidente em direcções anteriores da L.P.N.

Vogal - Nuno - Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo Lecoq

Nascido em Lisboa a 08 de Julho de 1947, Licenciado em Engenharia Agronómica e Arquitectura Paisagista pelo ISA da Universidade de Lisboa; Mestre em Gestão e Políticas Ambientais pela Universidade Nova de Lisboa; Doutorado em Gestão Integrada da Paisagem pela Universidade de Évora. Exerceu funções de Técnico superior na DG Serviços Agrícolas e no SNPRPP/SNPRCN/ICN/ICNB/ICNF; Director da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, Coordenador da Reserva Natural do Paul do Boquilobo e da Reserva Natural da Berlenga, Director de Serviços das Áreas Protegidas e de Informação e Educação Ambiental, Director do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António. Assistente e Professor Convidado durante 20 anos no curso de Arquitectura Paisagista do ISA. Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Vogal – Joaquim Manuel Sande da Silva

Joaquim Sande Silva é licenciado em Engenharia Florestal pelo Instituto Superior de Agronomia, Mestre em Ambiente e Recursos Naturais pelo Mediterranean Agronomic Institute of Chania (Grécia) e Doutorado em Engenharia Florestal pelo Instituto Superior de Agronomia. Foi responsável pelo sector florestal da Companhia das Lezírias-SA entre 1988 e 1991. A partir de 1991 passou a exercer funções como docente no Departamento Florestal da Escola Superior Agrária do Politécnico de Coimbra onde tem atualmente a categoria de Professor Coordenador. Nesta escola tem lecionado várias disciplinas sobretudo na área dos incêndios florestais em cursos de licenciatura e mestrado nomeadamente: Ecologia e Gestão do Fogo, Defesa da Floresta Contra Incêndios e Fogo Controlado. Foi coordenador do Mestrado em Recursos Florestais entre 2014 e 2016. Integra desde 2004 a equipa de investigação do Centro de Ecologia Aplicada “Prof. Baeta Neves” da Universidade de Lisboa, onde tem desenvolvido trabalhos de investigação, sobretudo em *fire ecology* e *invasion ecology*. É ainda investigador do Centro de Estudos em Recursos Naturais Ambiente e Sociedade. Foi coordenador de dois projetos de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, o primeiro sobre a regeneração das áreas queimadas e o segundo sobre a naturalização do eucalipto em Portugal. É o coordenador do Grupo Operacional “Fogo e Invasoras” no âmbito do PDR2020 e de um projeto de investigação associado a este Grupo. Desenvolveu vários trabalhos de voluntariado na Liga para a Protecção da Natureza (LPN) onde foi vogal da Direcção. Coordenou através da LPN a produção da série de nove volumes Árvores e Florestas de Portugal, financiada pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e publicada pelo jornal Público em 2007. É membro do grupo de trabalho para o Parque Ecológico do Funchal e foi membro da Comissão Técnica Independente nomeada pela Assembleia da Republica para investigar os incêndios de Pedrogão e Góis e, posteriormente, os incêndios de 15 de Outubro de 2017. É autor de 154 publicações de carácter científico, técnico e de divulgação incluindo 27 artigos científicos em revistas internacionais e onze capítulos em livros de circulação internacional, tendo ainda participado na edição de cinco livros e de uma colectânea.

Suplente - Helena Maria de Oliveira Freitas

Helena Freitas é Bióloga e doutorou-se em Ecologia pela Universidade de Coimbra em 1993 e realizou um pós-doutoramento na Universidade de Stanford, EUA, em 1994/95. É atualmente Professora Catedrática do Departamento de Ciências da Vida (DCV) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, cujo Conselho Científico integra, e Diretora do Jardim Botânico. Foi membro do Conselho Geral e Vice-Reitora da Universidade de Coimbra. Foi Presidente da Direção Nacional da Liga para a Protecção da Natureza entre 1999 e 2002 e foi primeira Provedora do Ambiente e Qualidade de Vida de Coimbra (2002-2005). É Coordenadora do Centro de Ecologia Funcional. Foi Deputada da Assembleia da República entre 2015 e 2016 e da Coordenação da Unidade de Missão para a Valorização do Interior.

Suplente - Inês Catry

Licenciada em Biologia pela Faculdade de Ciências de Lisboa e Doutorada pela Universidade de Cambridge, no Reino Unido, é atualmente Investigadora no InBIO - Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva - no Instituto Superior de Agronomia. Especialista em ecologia e conservação de aves estepárias, trabalha desde 2000 na região de Castro Verde, focando a sua investigação em duas espécies com estatuto de conservação desfavorável: o peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*) e rolieiro (*Coracias garrulus*). A vasta produção científica sobre os ecossistemas e espécies estepárias tem como objectivo último contribuir para a identificação e implementação de medidas de conservação eficazes para a sua conservação. Entre 2003 e 2011, participou em dois projectos LIFE coordenados pela LPN.

Suplente - Andreia Marisa Rodrigues Monteiro

Concluiu em 2002 a Licenciatura em Ensino de Biologia e Geologia, pela Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente da Universidade do Algarve e em 2008 adquiriu o Grau de mestre em Biologia e Geologia, especialização em Educação, pela mesma Faculdade sobre o registo paleontológico das alterações ambientais e a aplicação didáctica do uso de fósseis de foraminíferos na Lagoa dos Salgados no Sul de Portugal. Leciona, desde 2001 até ao presente, o 3º ciclo do Básico e o Ensino Secundário em Escolas da Região do Algarve e do distrito de Lisboa. Tem estado envolvida no estímulo ao trabalho de campo nas escolas onde lecionou, destacando-se a participação em vários projetos “Ciência Viva”, tendo recebido por três vezes o Prémio de Desenvolvimento, no âmbito do Prémio “CIÊNCIA NA ESCOLA” da Fundação Ilídio Pinho pela coordenação de projetos em contexto educativo e foi formadora do projeto “Contos do Mago – Narrativas e Percursos Geológicos”, no âmbito do “Programa Regional de Educação Ambiental pela Arte” da Direção Regional de Educação do Algarve.

Suplente - Aldina Maria Antunes Franco

É ecologista especializada em conservação interessada em Ecologia de Migrações, Biogeografia e em respostas ecológicas à Mudança Global, nomeadamente os efeitos da perda de habitats e alterações climáticas. Doutorada pela Universidade de East Anglia, no Reino Unido, fez pós-doutoramentos nas Universidades de Leeds, York (Reino Unido) e Washington State nos

E.U.A. Regressou à U.E.A. em 2009 por concurso académico. A ligação à L.P.N. começou em 1997, para trabalhar no âmbito do Programa Castro Verde Sustentável. Contribuiu para angariar fundos para construir o Centro do Vale Gonçalinho e ajudou a escrever e encontrar financiamento para o primeiro Projeto Life dos peneiros-das-torres, que levou ao aparecimento das primeiras paredes. Trabalhou no processo da Autoestrada do Sul, tendo ajudado a conseguir que mudasse para o traçado actual. Trabalhou na revisão da Lei da Caça e na Reforma da PAC de 2000, em colaboração com o EEB. Em 1999, começou o doutoramento e continuou envolvida no Programa C.V.S. até 2003. Desde então continua a fazer investigação no Alentejo e particularmente em Castro Verde, com várias espécies estepárias e recentemente também com cegonhas. A investigação tem-na convencido que a investigação científica e a conservação ativa podem trabalhar em conjunto para conseguir melhores resultados.